

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME KANNING OVIEDO

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA: O CASO DO URUGUAI E SEUS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NO PAÍS.

CURITIBA

2015

GUILHERME KANNING OVIEDO

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA: O CASO DO URUGUAI E SEUS IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS NO PAÍS.

Trabalho apresentado como requisito parcial á
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Econômicas no curso de graduação em Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira.

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME KANNING OVIEDO

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA: O CASO DO URUGUAI E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO PAÍS.

Trabalho apresentado como requisito parcial á obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas no curso de graduação em Ciências Econômicas, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira.

Orientador – Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.

Prof. Dr. Fernando Motta Correia.

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR.

Prof. Dr. Iara Vigo de Lima

Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR

Curitiba, 23 de junho de 2015

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar os impactos que a legalização da maconha no Uruguai provocou em sua economia, de forma direta ou indireta. A análise feita neste trabalho será de curto prazo no intuito de verificar se houve uma explosão de consumo da droga. Outros aspectos socioeconômicos que também serão estudados serão o nível de violência, inovações tecnológicas e a influencia que a medida causou em outros países. O trabalho pretende mostrar os resultados de uma das alternativas no combate ao trafico de drogas que foi aplicada num país específico, considerando as diferentes visões e diferenças de cada país. A idéia é mostrar o resultado de uma das alternativas, e não considerá-la a única dentro desse tema.

Palavras-Chave: Legalização da Maconha. Uruguai. Economia. Aspectos Socioeconômicos.

ABSTRACT

This study proposes to analyze the impact that legalizing marijuana in Uruguay caused in its economy, directly or indirectly. The analysis in this paper will be short term in order to see if there was an explosion of drug consumption. Other socioeconomic aspects that will also be studied will be the level of violence, technological innovations and the influence that the measure has caused in other countries. The work proposes to show the results of an alternative in the fight against drug trafficking that has been applied in a specific country, considering the different views and differences of each country. The idea is to show the result of one of the alternatives, and not consider it only within that theme.

Keyword: Legalizing Marijuana. Uruguay. Economy. Socioeconomic Aspects.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

IRCCA – Instituto de Regulação e Controle de Cannabis

JND – Junta Nacional de Drogas

ODU – Observatório Uruguaio de Drogas

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade

THC – Tetrahidrocannabinol

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ORIGEM	10
2.1 INFORMAÇÕES GERAIS	10
2.1.1 Proibição do uso	13
3 REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE MACONHA NO URUGUAI	15
3.1 OBJETIVOS	16
3.2 PAPEL DO ESTADO	16
3.3 QUEM PODE PLANTAR E COMPRAR	17
3.4 PENA	18
3.5 PUBLICIDADE, ONDE NÃO FUMAR E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	19
4 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS	20
4.1 USUÁRIOS E DEPENDENTES	20
4.2. PRISÕES	24
4.2.1 Violência	25
4.3 SAÚDE	26
4.4 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	28
4.5 TURISMO	30
4.6 COMÉRCIO EXTERIOR	31
5. INFLUÊNCIA SOBRE OUTROS PAÍSES	32
5.1 PAÍSES VIZINHOS	32
5.2 PAÍSES QUE PODEM LEGALIZAR A MACONHA	34
6. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O Conceito de droga, palavra que vem de droog (holandês antigo, que significa folha seca), segundo o dicionário Aurélio, é "*qualquer substância que é capaz de modificar a função dos organismos vivos, resultando em mudanças fisiológicas ou de comportamento*". Elas são divididas em lícita e ilícita, Sendo lícita "aquela que o uso e comércio são permitidos por lei" e ilícita que "é a de uso e comercialização ilegal". A maconha está inserida nesta última categoria, e conseqüentemente sofre ações repressivas.

Praticamente todas as ações repressivas são respaldadas por pretensos saberes médico-sanitários mesclados com preconceitos e preceitos morais acerca dos perigos da drogadição e não do conhecimento real acerca das toxicologias específicas de cada droga. Outro contra-senso é a diferenciação social entre drogas lícitas e ilícitas, não pela conceituação formal ou legal, mas pela diferenciação entre bom e mau. Como se a ilicitude tornasse a droga algo diferente, que é mau em si. Ou seja, cria o "*fetice da droga*", conferindo uma aura de malevolência em torno de uma substância como qualquer outra.

Entretanto, essa realidade está mudando. Com o evidente fracasso das políticas repressivas às drogas, a sua legalização vem se tornando um tema cada vez mais freqüente em vários países, apesar de ainda apresentar duas opiniões bastante distintas. Assim sendo, o Uruguai foi o primeiro país a legalizar por completo o mercado da maconha, apesar da maioria da população ser contra.

O objetivo deste trabalho é analisar do ponto de vista econômico os resultados dessa medida inovadora que, por mais polêmica que seja, está sendo observada por outros países, além de considerada por alguns deles.

O Uruguai foi escolhido como objeto de estudo para este projeto pelo fato de ter sido o primeiro país a regulamentar por completo o mercado da maconha, muitos outros países tomaram medidas para flexibilizar o consumo da droga, como sua descriminalização ou liberação para fins medicinais, mas somente o Uruguai o legalizou por completo, colocando esse mercado sob controle do Estado.

Outro ponto Importante a ser mencionado é o período de análise que será utilizado. A legalização ocorreu no final de 2013, fazendo com que a análise dos

impactos se resuma em pouco mais de um ano, entretanto, essa análise de curto prazo é fundamental para entendermos os efeitos que ocorrem imediatamente após a legalização. Uma grande preocupação é se haverá uma explosão de consumo após a liberação, essa análise de curto prazo vai buscar identificar se isso realmente acontece.

O referencial principal deste trabalho será Milton Friedman, que defendia já na década de 70 a liberação completa das drogas e avisava que o mundo iria entrar em uma onda de violência jamais vista.

Na primeira parte deste trabalho será abordada uma rápida conceituação e resumo da história da maconha, suas formas de uso, os países que mais consomem a droga e os motivos os quais a fizeram se tornar ilícita, tendo em vista que no passado era ela legalizada em muitos locais.

Posteriormente, será feita uma análise de como irá funcionar a lei, destacando os objetivos que a medida busca atingir, além dos pontos mais relevantes que serão implementados pela lei.

Na terceira parte do trabalho, serão apresentados os impactos socioeconômicos que a medida teve sobre a economia, sejam eles diretos ou indiretos, na busca pelos objetivos da lei.

Na quarta parte trará a forma de como os países vizinho do Uruguai estão tratando a nova medida do país, além de apresentar países que poderão seguir um caminho semelhante ao Uruguai em um futuro próximo.

Por fim, uma conclusão se as medidas atingiram os objetivos propostos.

2 ORIGEM

Neste capítulo será apresentado um breve histórico da maconha, do seu conceito, surgimento, sua difusão pelo mundo e suas formas de uso, assim como os motivos que levaram a sua proibição. O levantamento dessas informações tem o propósito de fazer com que entendamos melhor o que está por trás da discussão que envolve a legalização (ou não) da maconha.



FIGURA 1 – *CANNABIS SATIVA*
FONTE: GOOGLE IMAGENS (2015)

2.1 INFORMAÇÕES GERAIS.

Maconha é uma droga derivada da planta *Cannabis sativa*, um arbusto de cerca de dois metros de altura, de origem asiática, que cresce em zonas tropicais e temperadas.

A maconha possui seu primeiro registro na China, no ano de 7000. A.C, de acordo com Toscano Junior (2001).

Sabe-se que a planta já era usada sob forma medicamentosa na China no ano 7000 a.C. Na Índia, entre 1200-800 A.C, a mesma era grandemente utilizada para curar prisão de ventre e malária. As propriedades têxteis da *Cannabis sativa* fizeram com que sua fibra fosse muito aproveitada pelos romanos e gregos na fabricação de tecidos e papel.

O cultivo da planta foi difundido pelo Oriente Médio, Europa e outras regiões da Ásia. Na renascença, a maconha era um dos principais produtos da Europa; os

livros de Johannes Gutemberg, o inventor da imprensa, eram feitos de papel de cânhamo.

A maconha foi levada para a África e para a América pelos europeus. Na América do Sul, as primeiras plantações da *Cannabis sativa* foram feitas no Chile, pelos espanhóis. No Brasil, a mesma foi trazida pelos escravos africanos.

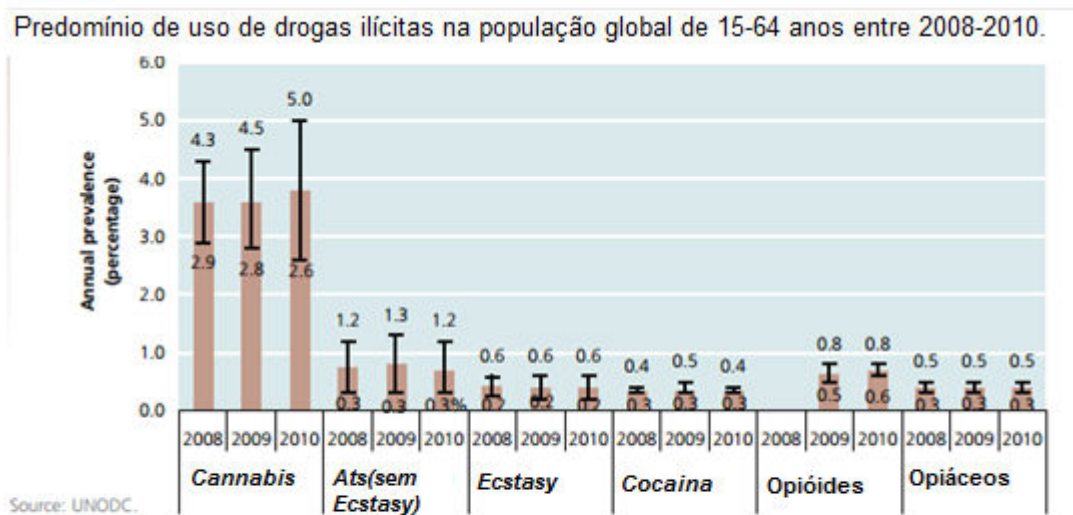
No final do século XIX, a planta já era utilizada como psicotrópico por artistas e escritores, no entanto, ainda era considerada um medicamento, sendo usada por muitos laboratórios farmacêuticos. Em 1920, sob pressão de grupos religiosos protestantes, os Estados Unidos decretaram a proibição da produção e da comercialização de bebidas alcoólicas. Foi aí que a maconha entrou na vida de muita gente. “A proibição do álcool foi o estopim para o ‘boom’ da maconha para fins recreativos” (Davenport-Hines, 2004, p.195). Atualmente, segundo o relatório da ONU (2012), esta é a droga ilícita mais consumida no mundo: das 300 milhões de pessoas que consomem algum tipo de substância psicoativa ilícita, no mínimo 119 milhões consomem maconha, podendo esse numero chegar próximo a 225 milhões, cerca de 5% da população global, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Predomínio anual e número de usuários de drogas ilícitas em nível global.

Predomínio anual e número de usuários de drogas ilícitas em nível global.				
Droga Ilícita	Porcentagem		Milhares	
	Baixo	Alto	Baixo	Alto
Cannabis	2,6	5,0	119420	224490
Opióides	0,6	0,8	26380	36120
Opiáceos	0,3	0,5	12980	20990
Cocaína	0,3	0,4	13200	19510
Metanfetamina	0,3	1,2	14340	52540
Ecstasy	0,2	0,6	10480	28120
Qualquer Droga ilícita	3,4	6,6	153000	300000

Fonte: Unodc (United Nations Office on Drugs and Crime.) 2012.

Gráfico 1 – Predomínio de uso de drogas ilícitas na população global de 15-64 anos entre 2008-2010.

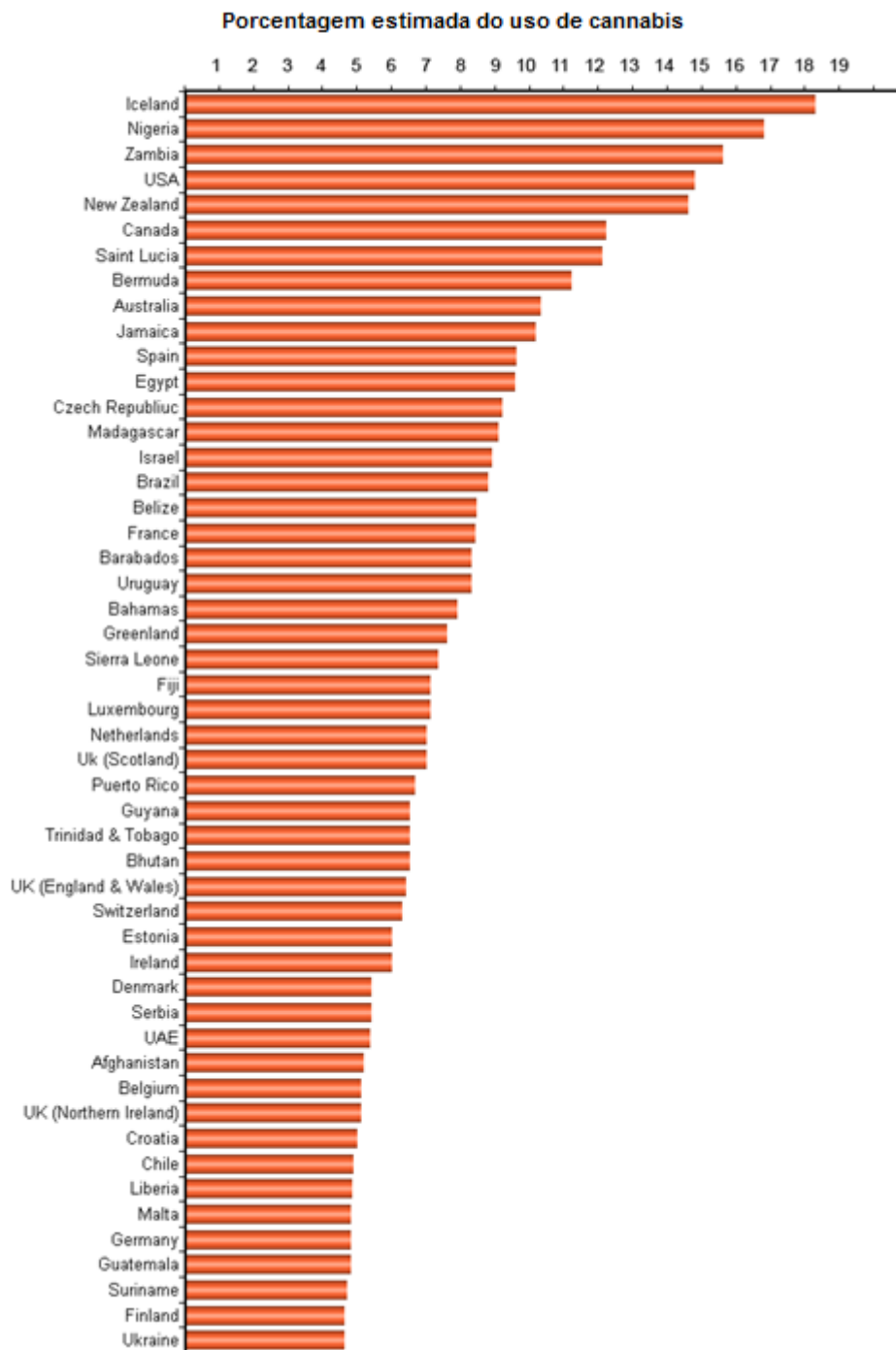


Fonte: Unodc (United Nations Office on Drugs and Crime.) 2012

Já no Gráfico 2, podemos observar os 50 maiores países consumidores de maconha, proporcionalmente falando. Dois destaques interessantes são o fato de que a primeira colocada é a Islândia, e a posição dos Estados Unidos que, apesar da declarada “Guerra as drogas”, está muito próximo do topo da lista.

Nós proibimos o uso das drogas, mas não podemos garantir que elas não sejam de fato consumidas. Isso só leva à corrupção, à violação de direitos civis. A maconha é apenas um pequeno pedaço desse problema, mas essa equação pode ser aplicada a qualquer droga hoje em dia ilegal. (FRIEDMAN, Milton).

Gráfico 2: Os 50 maiores países consumidores de maconha do mundo:



Fonte: World Drug Report 2014.

2.1.1 Proibição do uso

Nas primeiras décadas do século XX, a maconha era liberada, embora muita gente a visse com maus olhos. Aqui no Brasil, maconha era “coisa de negro”,

fumada nos terreiros de candomblé para facilitar a incorporação e nos confins do país por agricultores depois do trabalho. Na Europa, ela era associada aos imigrantes árabes e indianos e aos incômodos intelectuais boêmios. Nos Estados Unidos, quem fumava eram os cada vez mais numerosos mexicanos – meio milhão deles cruzaram o Rio Grande entre 1915 e 1930 em busca de trabalho. Muitos não acharam. Ou seja, em boa parte do Ocidente, fumar maconha era relegado a classes marginalizadas e visto com antipatia pela classe média branca.

A maconha possui alta concentração de tetrahydrocannabinol (THC), a substância psicoativa. Baseados nessa informação, de que tal substância era prejudicial a saúde, começou a discussão da proibição. A maconha passou a ser criminalizada nos EUA, até para fins medicinais como era bastante utilizada, e países do mundo inteiro seguiram seu exemplo. Entretanto, como acredita Ron Mann em seu documentário “Grass: A Verdadeira História da Marijuana”, a relação que a droga tinha com os imigrantes mexicanos foi um fator decisivo para tal decisão, numa forma de criminalizá-los. Algo semelhante ocorreu em território Brasileiro, envolvendo os negros.

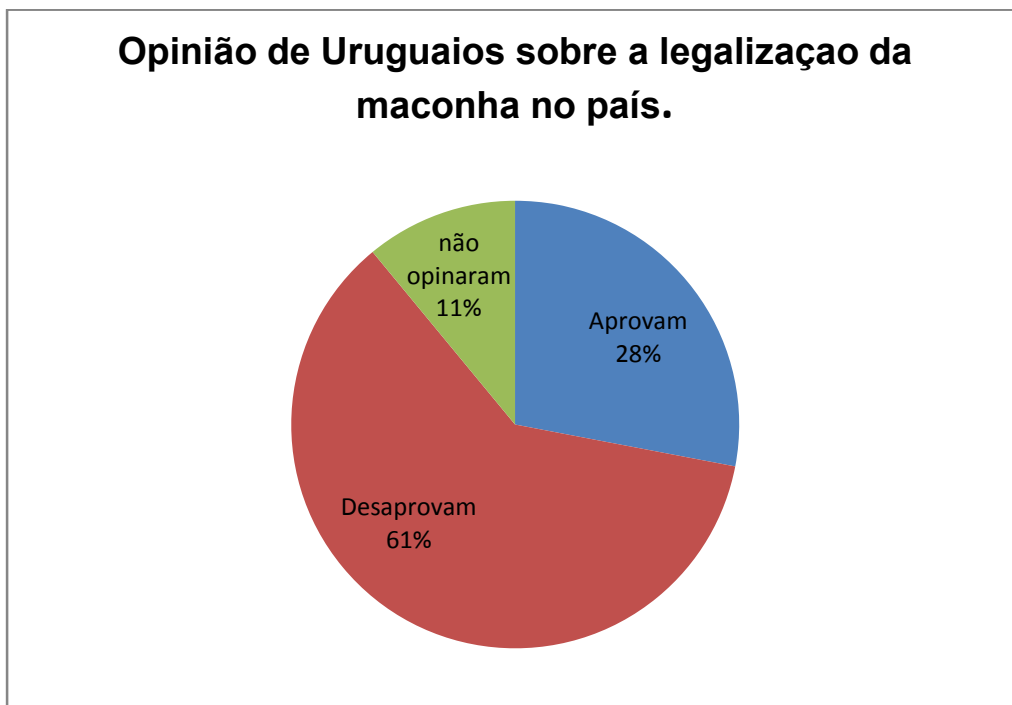
Por anos a maconha permaneceu criminalizada, até que em 1996 o estado da Califórnia, nos EUA, legalizou seu uso para fins medicinais. Logo depois outros 18 estados americanos também tomariam a mesma decisão. Em 2003, o Canadá se tornou o primeiro país do mundo a legalizar a utilização da cannabis para fins medicinais. Antes dele, a Holanda já havia liberado em 1976, o uso para fins recreativos. Mas foi somente em 10 de dezembro de 2013 em que o Uruguai legalizou de forma completa o mercado da maconha (produção, a distribuição e venda) sob comando do Estado.

3 REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE MACONHA NO URUGUAI.

A iniciativa da legalização foi proposta no início de 2012 pelo então presidente do Uruguai José Mujica, junto a uma série de medidas para frear o aumento da insegurança pública e desencorajar a violência associada ao narcotráfico. O projeto concede ao governo o controle e a regulamentação da importação, cultivo, colheita, distribuição e comercialização da maconha e de seus derivados. No Uruguai, segundo as autoridades, há 128.000 consumidores de maconha, embora as associações de consumidores calculem que este número alcance os 200.000.

A lei sobre a maconha despertou resistência entre os 3,3 milhões de uruguaios. Uma pesquisa feita em setembro de 2013 pelo governo apontou que 61% são contrários a ela, sendo o jornal “El País”. Mas apesar dos números, o Senado do Uruguai aprovou a lei em 10 de dezembro de 2013, por 16 votos contra 13. “Este é um experimento, podemos fazer uma verdadeira contribuição à humanidade” (MUJICA, José).

Gráfico 3 – Opinião de Uruguaios sobre a regulamentação da maconha.



Fonte: Jornal “EL PAÍS”

Elaboração: Própria.

No capítulo, iremos abordar e analisar os principais pontos da Lei nº19. 172, a lei que regulamentou o mercado da maconha do Uruguai.

3.1 OBJETIVOS

Segundo o próprio presidente do país, o motivo principal do projeto é o combate ao tráfico de drogas, uma maneira de combater a economia do mercado negro que, segundo o governo do país, atualmente, estima-se que o mercado de maconha ilegal no Uruguai movimente cerca de US\$ 30 milhões (R\$ 70 milhões) por ano.

O título I da lei nº19. 172 destaca:

“Art. 1º. Declaram-se de interesse público as ações tendentes a proteger, promover e melhorar a Saúde Pública da população através de uma política orientada a minimizar os riscos e reduzir os danos do consumo de Cannabis; que promovam a adequada informação, educação e prevenção sobre as consequências e efeitos prejudiciais associados com o consumo, assim como o tratamento, reabilitação e reinserção social dos usuários problemáticos de drogas.”

“Art. 2º. Sem prejuízo do disposto pelo Decreto-Lei nº 14.294, de 31 de outubro de 1974 e suas alterações, o Estado assumirá o controle e a regulação das atividades de importação, exportação, plantio, cultivo, colheita, produção, aquisição a qualquer título, armazenamento, comercialização e distribuição de Cannabis e seus derivados, ou cânhamo quando for o caso, através das instituições às quais outorgue estatuto, conforme o disposto na presente lei e nos termos e condições que a respeito fixe a regulamentação.”

3.2 PAPEL DO ESTADO

O projeto estabelece que o Estado assuma o controle a regulação, a importação, a exportação, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção e a aquisição de todas as partes da comercialização e da distribuição da *cannabis* e de todos seus derivados.

Pela lei, o Estado assume o controle e a regulação das atividades de importação, produção, aquisição, a qualquer título, armazenamento, comercialização e distribuição de maconha ou de seus derivados.

Uma agência estatal, o **Instituto de Regulação e Controle de Cannabis (IRCCA)**, ligado ao Ministério da Saúde Pública, será responsável, por sua vez, por emitir licenças e controlar a produção, distribuição e compra e venda da droga. As atribuições ao órgão são:

a) Regular as atividades de plantio, cultivo, colheita, produção, elaboração, armazenamento, distribuição e venda de Cannabis, de acordo com as disposições da presente lei e da legislação vigente.

b) Promover e propor ações tendentes a reduzir os riscos e danos associados com o uso problemático de Cannabis, de acordo com as políticas definidas pelo Conselho Nacional de Drogas e em coordenação com as autoridades nacionais e estaduais.

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições da presente lei a seu cargo.

Em suma, todas as fases do processo terão de alguma forma ou de outra, a presença do Estado.

3.3 QUEM PODE PLANTAR E COMPRAR

Todos os uruguaios ou residentes no país, maiores de 18 anos, que tenham se registrado como consumidores para o uso recreativo ou medicinal da maconha poderão comprar a erva em farmácias autorizadas. Além disso, os usuários poderão ter acesso à droga de outras duas maneiras: autocultivo pessoal (até seis pés de maconha e até 480 gramas por colheita por ano) e através de clubes de culturas (com um mínimo de 15 membros e um máximo de 45 e um número proporcional de pés de maconha com um máximo de 99).

A lei limita a quantidade máxima que um usuário pode portar: 40 gramas. A legislação também determina o máximo que uma pessoa pode gastar por mês com o consumo do produto. A erva também poderá ser cultivada para o uso científico e medicinal, que poderá ser obtida por meio de receita médica.

A lei também legaliza a produção da maconha no princípio ativo conhecido como cânhamo industrial (presente em alguns hidratantes, por exemplo). Produtores também poderão cultivar a erva, desde que autorizados pelo Estado.

A estimativa é que o grama da erva sairá por um dólar, e cada usuário poderá comprar até 40 gramas ao mês – quantidade controlada por meio de um banco de dados sigiloso. O preço foi fixado de maneira de competir com os traficantes. Segundo Julio Calzada- secretário geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai-, o preço da erva deve ser similar ao dos traficantes para que os usuários não considerem buscar o mercado ilegal. O preço é baseado no prensado paraguaio, o mesmo encontrado aqui no Brasil, que sai por essa média de preço atualmente. “Por isso, vamos estabelecer a maconha produzida pelo Estado ao redor deste preço”. Além disso, a maconha encontrada no mercado ilegal oferece risco e má qualidade, enquanto o Estado irá oferecer “um lugar seguro para comprar, um produto de boa qualidade e, ainda por cima, ao mesmo preço”.

O IRCCA outorgará licenças de venda de *Cannabis* psicoativa a farmácias conforme as condições estabelecidas na legislação vigente e o procedimento e requisitos que estabelecer a regulamentação.

Nesse caso, acredito que a liberação de vendas poderia ser estendida também á turistas, visto que não se poderá verificar a todos que usem maconha se são turistas ou não, além de ser um atrativo interessante para movimentar a economia do turismo no país.

3.4 PENA

Segundo o artigo 40 da lei, as penas aplicáveis a quem for pego desobedecendo as normas vigentes, terão sua pena sancionada de acordo com a gravidade da infração, variando de:

- a) Advertência.
- b) Multa de UR 20 (vinte unidades reajustáveis) até UR 2.000 (duas mil unidades reajustáveis).
- c) Confisco da mercadoria e dos elementos utilizados para cometer a infração.
- d) Destruição da mercadoria quando corresponda.

- e) Suspensão do infrator no registro correspondente.
- f) Inabilitação temporária ou permanente.
- g) Clausura parcial ou total, temporária ou permanente dos estabelecimentos e locais dos licenciados, sejam próprios ou de terceiros.
- h) 20 meses a 10 anos de prisão.

Punições que me parecem adequadas, visto que a ida para a cadeia é em somente ultimo caso.

3.5 PUBLICIDADE, ONDE NÃO FUMAR E POLÍTICAS EDUCACIONAIS.

Proíbe-se toda forma de publicidade, publicidade indireta, promoção, auspício ou patrocínio dos produtos de Cannabis psicoactiva e por quaisquer dos diversos meios de comunicação: jornal, rádio, televisão, cinema, revistas, filmes em geral, cartazes, outdoors em via pública, folhetos, banners, e-mail, tecnologias de Internet, assim como por qualquer outro meio idôneo. A lei de tabagismo se aplica, com isso, fica proibido fumar maconha em lugares fechados. Não se pode consumir a droga quando houver mais de 1% de THC no organismo.

O Sistema Nacional de Educação Pública (SNEP) deverá dispor de políticas educacionais para a promoção da saúde, a prevenção do uso problemático de Cannabis desde a perspectiva de desenvolvimento de Habilidades para a Vida e no marco das políticas de gestão de riscos e redução de danos de Uso Problemático de Substâncias Psicoativas. Estas políticas educacionais compreenderão sua inclusão curricular no Fundamental, no Médio e no Ensino Técnico Profissional, com o fim de prevenir sobre o dano que produz o consumo de drogas, incluída a Cannabis. Será obrigatória a inclusão da disciplina “Prevenção do Uso Problemático de Drogas”, sendo que Dentro desta disciplina se incluirão espaços especialmente destinados à Educação no Trânsito e à incidência dos consumos das substâncias psicoativas nos acidentes de trânsito.

Nas cidades com população superior a dez mil habitantes se instalarão dispositivos de Informação, Aconselhamento, Diagnóstico, Encaminhamento, Atenção, Reabilitação e Tratamento e Inserção de usuários problemáticos de drogas.

Isso mostra a preocupação do governo em não incentivar o consumo.

4 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

O principal objetivo da regulamentação do mercado da maconha no Uruguai é o combate ao tráfico de drogas, mas esse processo acarreta em impactos em vários outros fatores da economia, de forma direta ou indiretamente. No capítulo será analisado qual foi o impacto da lei em alguns setores da economia.

4.1 USUÁRIOS E DEPENDENTES

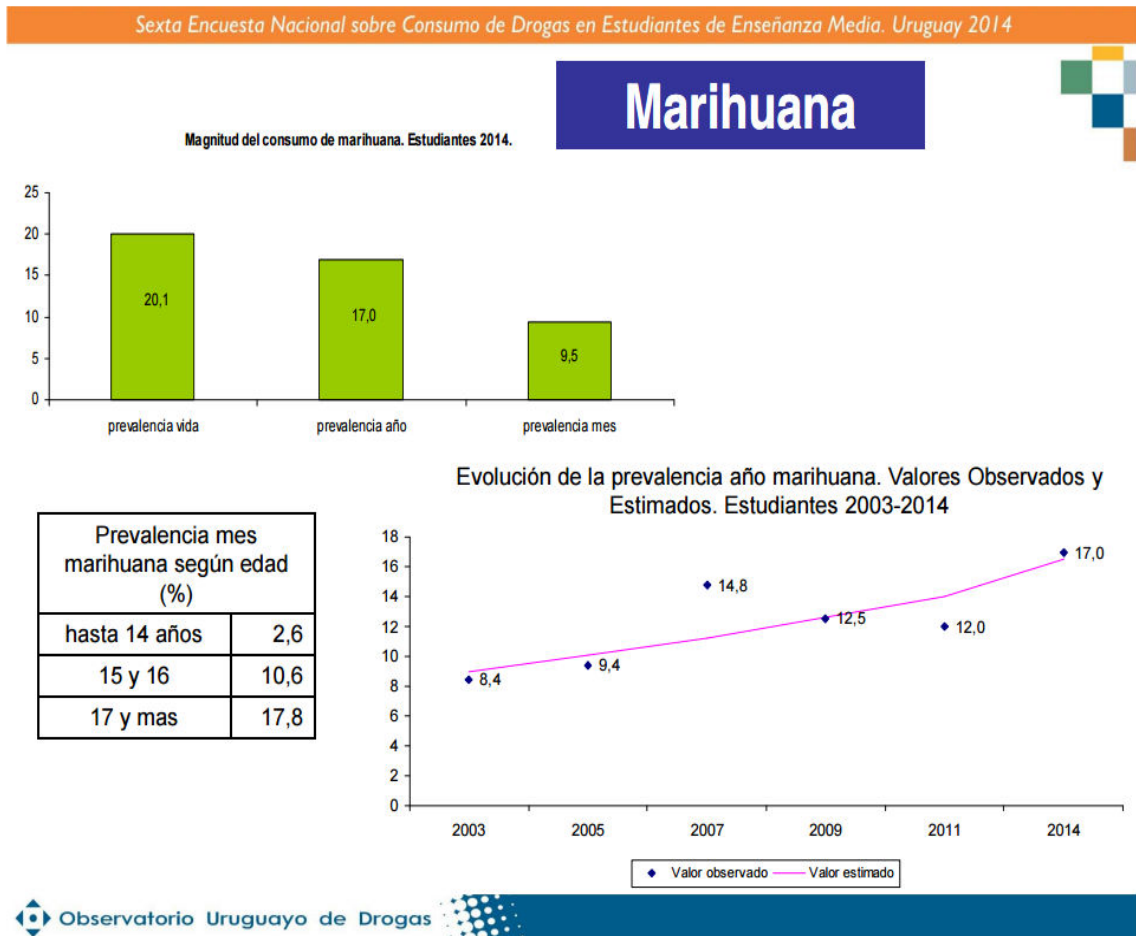
Consumo de maconha supera o de tabaco entre estudantes uruguaios. Número subiu de 12% para 17% em dois anos.

Uma pesquisa realizada pela Junta Nacional de Drogas (JND) entre mais de 11 mil jovens escolarizados no Uruguai revela uma queda no consumo de álcool e cigarros nos adolescentes de entre 13 e 17 anos, e esclarece que pela primeira vez o consumo de maconha supera o do tabaco.

De acordo com o levantamento, 17% dos consultados consumiram maconha no último ano, enquanto 15,5% fumaram tabaco, segundo a Sexta Pesquisa Nacional sobre Consumo de Drogas em Estudantes de Ensino Médio, realizada pelo Observatório Uruguaio de Drogas (OUD), dependente da JND. A pesquisa anterior, realizada em 2014, constatava que 20,2% dos consultados tinham fumado tabaco, enquanto 12% tinham consumido maconha. Os responsáveis pela pesquisa advertiram ainda que, exceto pelo álcool, a maioria dos consumos é experimental ou ocasional.

Um ano após legalizar a produção e a venda de maconha, o Uruguai já conta com cerca de 1.200 pessoas inscritas como cultivadoras e 500 clubes de cannabis. "É muito auspicioso que haja 1.200 cultivadores nos primeiros três ou quatro meses de aplicação da lei", explicou o secretário-geral da Junta Nacional de Drogas (JND), Julio Calzada, que indicou que o processo e a aplicação da lei seguem um rumo "certo, cuidado e de controle".

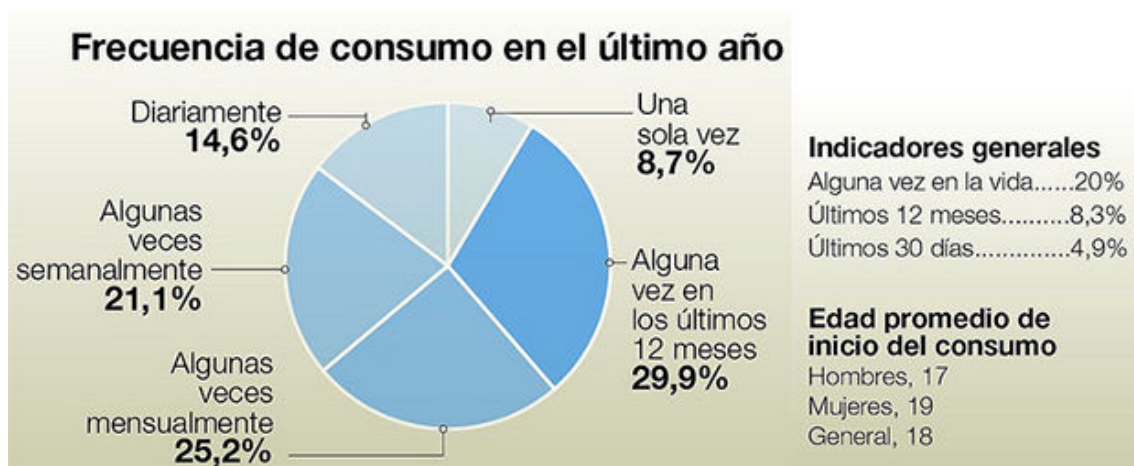
Gráfico 4 : Consumo de maconha por jovens Uruguaios em 2014 e sua evolução desde 2003.



Fonte: Observatório Uruguiaio de Drogas (OUD)

O gráfico abaixo apresenta a frequência de consumo de maconha da população uruguaia no ano de 2014.

Gráfico 4 – Frequência de consumo no último ano.



Fonte: Junta Nacional de Drogas (JND)

O aumento do número de usuários pode ser explicado pela eliminação do “*trade-off*” (“dilema”), que incluía o desejo de fazer uso da droga *versus* o risco de ser pego e punido. Com a regulamentação, ao menos nesse primeiro momento após a legalização, a procura pela maconha cresceu, apesar do intuito do governo em desencorajar o uso. Mas também não se pode atribuir o crescimento exclusivamente a legalização, pois muito antes da legalização entrar em pauta, o número de usuários já demonstrava um grande crescimento, pois ocorre um crescimento ascendente desde 2003, especialmente entre os jovens.

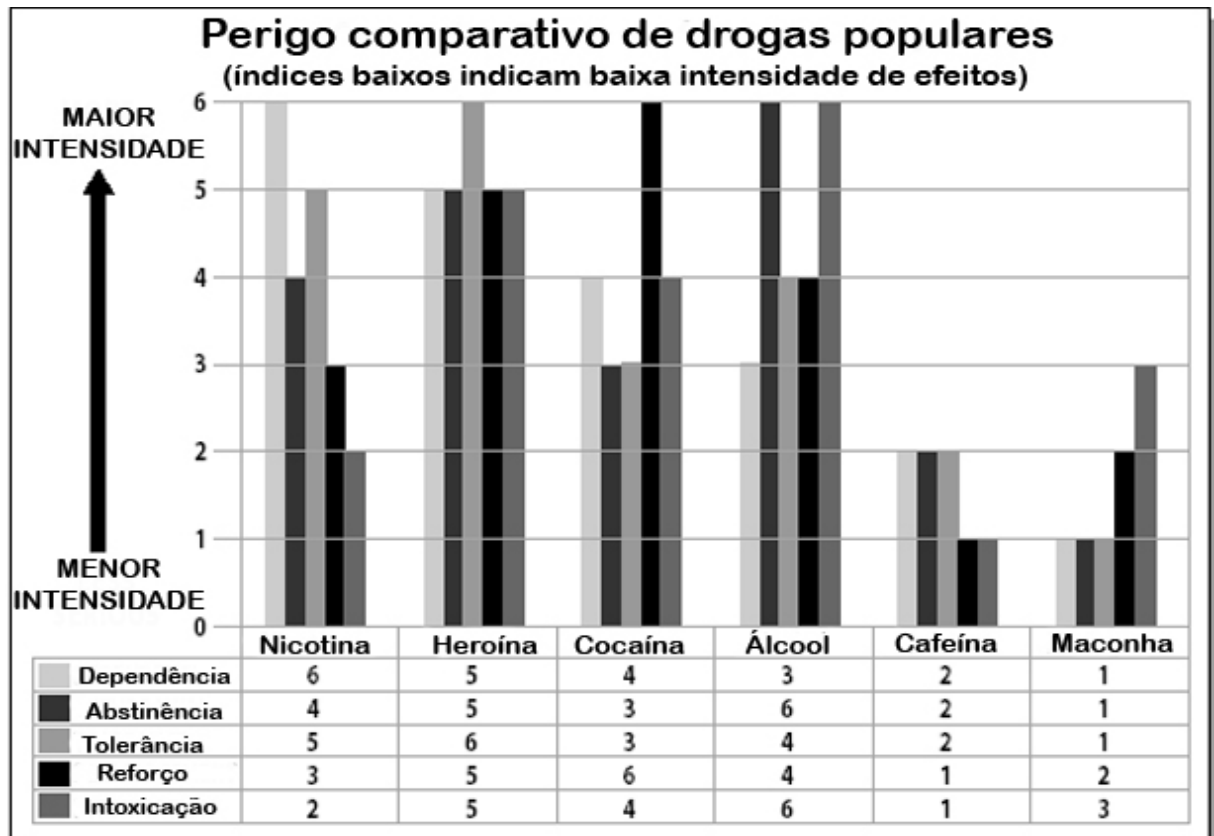
O efeito adverso que a legalização pode ter é que bastante provável que possa vir a existir mais gente a consumir as drogas atualmente ilícitas. O que não é de todo certo que tal se verifica. Mas se fossem legalizadas, existiria a destruição quase total do mercado negro, o preço das drogas diminuiria drasticamente. E visto como economista verifica-se que: preços baixos tendem a gerar mais procura. Mas, no entanto, existem algumas qualificações muito fortes para serem feitas a este respeito. O efeito da criminalização, da construção de criminosos das drogas, é conduzir as pessoas das drogas mais suaves para as drogas mais fortes. (FRIEDMAN, Milton).

Existe o medo de que a regulação ou a legalização dispare o consumo e o número de dependentes. É mais uma paranóia coletiva, já que temos evidências de que isso não vai acontecer. Quando a Lei Seca americana foi revogada, é claro que, na hora em que o álcool foi liberado, regularizado e legalizado, muitas pessoas ficaram curiosas e foram experimentar. Mas isso é um fenômeno que ocorre logo após a legalização. Passados dois anos, tudo volta ao padrão normal. (CARDOSO, Fernando Henrique).

Entretanto, apesar do aumento do número de usuários, o que não cresceu foi o número de dependentes, segundo o governo. Isso pode ser explicado pelo fato da maconha ser, entre as principais drogas, lícitas e ilícitas, a de menor intensidade de dependência.

Esse é, em minha opinião, o grande fator, junto com a facilidade do acesso a maconha, que deve ser analisado. A proibição da maconha gera imensas consequências negativas, tanto para a saúde, quanto para a segurança da população em geral. Acredito que a liberação da maconha também trará algumas consequências negativas, mas os benefícios que ela poderá trazer em termos econômicos e sociais irão superar tais efeitos colaterais, sendo uma opção mais sensata com relação a sua proibição devido à natureza da droga, como se observa no Gráfico comparativo 5.

Gráfico 5 - Perigo comparativo de drogas populares.



Quadro comparativo resultante de pesquisa organizada por Jack E. Henningfield, PhD, professor de biologia comportamental no Johns Hopkins University School of Medicine.

No curso da história humana, nos últimos mil anos, nunca houve uma morte por overdose de maconha. Na comparação, é dez vezes menos viciante que o cigarro e menos que o álcool. (FRIEDMAN, Milton)

Outro benefício que poderá ser alcançado é a diminuição do consumo de drogas mais pesadas. A permissão de venda de certa quantidade de maconha em *coffee shops* na Holanda nos anos 70, por exemplo, não desencadeou um aumento no consumo de outras drogas. Pelo contrário, estudo das "Open Society Foundations" aponta que o consumo de heroína diminuiu significativamente nas décadas seguintes. E o principal objetivo da iniciativa holandesa foi diminuir o consumo desta droga mais pesada.

Com esse exemplo da Holanda, temos um caso real que comprova que é possível diminuir o consumo de drogas mais pesadas com leis mais liberais de drogas mais leves.

4.2. PRISÕES

O orçamento do sistema prisional nacional do Uruguai foi aumentado nos últimos anos. As condições nas prisões do país não são tão ruins quanto em outros países latino-americanos. No entanto, as prisões do Uruguai estão em crise devido à superlotação, e tem havido um aumento acentuado na população carcerária de jovens dos grupos de renda mais baixa e de outros setores vulneráveis da sociedade.

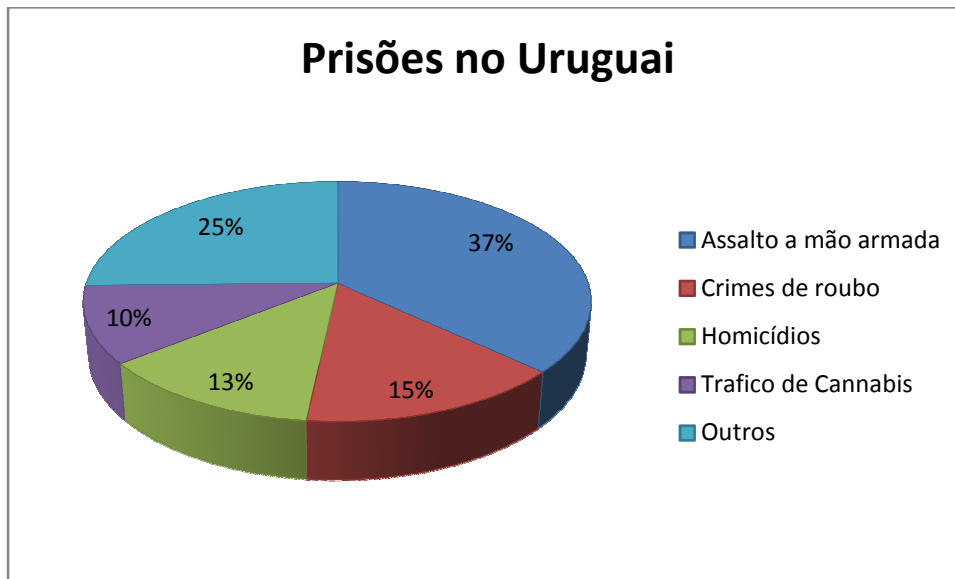
De acordo com o primeiro censo nacional do Uruguai de prisioneiros realizado em 2010 pelo Departamento de Sociologia da “Universidad de la República” descobriu que 11 por cento do total da população prisional do Uruguai estavam na prisão por crimes relacionados com a droga, e também observou um aumento na porcentagem de mulheres atrás das grades por estes crimes. Crimes que envolvem o tráfico e venda de estupefacientes são a razão pela qual as mulheres são processadas em 37,3 por cento dos casos, em comparação com 8,3 por cento para os homens. Embora a porcentagem da população carcerária condenado por crimes relacionados com a droga (11 por cento) é relativamente baixa quando comparado com o percentual condenado por crimes contra o patrimônio e crimes contra a pessoa, o percentual desses detentos que foram presos pela polícia por posse muito pequenas quantidades de droga é ainda elevada. As pessoas que foram detidas na posse de menos de 10g de cannabis representa por 44 por cento dos processos relacionados com a droga.

Um caso que representa a mudança que ocorrera com a lei é a de uma mulher de 66 anos de idade, Alicia Castilla, que foi presa por três meses por cultivo de maconha para consumo pessoal por razões médicas. O novo regulamento sobre cannabis vai impedir que tais casos se repitam.

Segundo o estudo, constatou-se que a maior porcentagem foram detidos pelo crime de roubo à mão armada (36,9 por cento dos presos), seguido por "os crimes de roubo (14,8%), homicídios (12,6%) e tráfico de drogas / narcóticos crimes (10,4%). "

Como a cadeia é um local que correntemente apresenta um fluxo grande de drogas, pessoas que foram presas por consumo ocasional de maconha corriam o risco de experimentar outras drogas, o que a nova lei tenta evitar. O que freqüentemente ocorre nas cadeias brasileiras.

Gráfico 6 – Prisões no Uruguai



Fonte: Departamento de Sociologia da “Universidad de la República”

Elaboração: O Autor.

4.2.1 Violência

Após regulação, mortes por tráfico de drogas chegam a zero no Uruguai, é o que afirmou o Secretário Nacional de drogas do Uruguai, Julio Hiriberto Calzada, Durante debate da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, realizado em junho de 2014 no Uruguai. Segundo o Secretário, sem citar números, o Uruguai conseguiu reduzir a zero as mortes ligadas ao uso e ao comércio de maconha. Eu vejo a América com metade de número de prisões, metade do número de prisioneiros, dez mil homicídios a menos por ano com a legalização das drogas. (FRIEDMAN, Milton).

Estamos combatendo fantasmas. O verdadeiro inimigo é a falta de informação. Quando comecei a lidar com essa questão, fiquei muito impressionado com uma conversa que tive na Colômbia. O Plano Colômbia (*criado pelos EUA para combater o narcotráfico*) teve um efeito grande, mas uma pessoa encarregada pela repressão me disse: “Estamos matando os traficantes, mas não estamos acabando com o tráfico. A cada um que morre, há dois ou três para substituí-lo”. Isso porque a demanda aumenta. O que se tem de fazer é reduzir a demanda, como se fez com o tabaco. Sem proibição e com várias campanhas, houve enorme redução do uso. (CARDOSO, Fernando Henrique).

A questão da violência e das prisões está diretamente relacionada: o governo dos Estados Unidos divulgou um estudo segundo o qual a maior parte dos presos por maconha se tornam "criminosos violentos, reincidentes e traficantes".

Nada do que o governo faz com quem é pego usando ou vendendo drogas serve para educar o cidadão. Eles dizem isso porque precisam justificar a prisão de tantos jovens que vêem seu futuro ser quase fatalmente atingido quando são presos com droga. Muitos dos presos são realmente perigosos e criminosos, mas a maioria não é. (FRIEDMAN, Milton).

Outra questão relevante com relação à violência, é o fato de que a proibição da maconha traz muitas vítimas inocentes decorrentes da “Guerra às Drogas”. Um problema que é muito grave, especialmente no Brasil, onde várias vezes ouvimos notícias de mortes por balas perdidas decorrentes de confrontos entre polícia e traficantes.

Uma criança que é morta num tiroteio num gueto, num tiroteio aleatório, é uma vítima inocente em todos os sentidos. O indivíduo que decide tomar drogas por ele próprio não é uma vítima inocente. Ele escolheu por si próprio ser vítima. E tenho que dizer que tenho muito menos simpatia por ele. Não penso que seja moral impor custos tão elevados a terceiros para protegê-los das suas próprias escolhas. (FRIEDMAN, Milton).

4.3 SAÚDE

Há muito tempo se conhece as propriedades medicinais da cannabis, e agora com a lei é possível utilizar a maconha para fins medicinais. O princípio ativo da maconha, o **canabinoide THC** (tetrahidrocanabinol), atua em diversos sintomas de várias doenças, como **AIDS, câncer, aumento de apetite, TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade), esclerose múltipla, náusea decorrente da quimioterapia, doença de Crohn, glaucoma, epilepsia, insônia, enxaqueca, artrite e falta de apetite, anorexia, síndrome de Tourette, mal de Alzheimer, distrofia muscular, fibromialgia, caquexia, esclerose lateral amiotrófica** dentre outras.

Segundo um estudo realizado pela Universidade de Harvard em 2007 – e que continua sendo a mais completa pesquisa publicada em relação ao potencial do THC em combater tumores – verificou que apenas três semanas de aplicação de doses da substância foi capaz de reduzir o crescimento do tumor de câncer de

pulmão em ratos, além de reduzir as lesões causadas pela doença. Para o estudo, os investigadores de Harvard testaram o THC em células cancerosas de ratos de laboratório. Com o experimento, descobriram que a substância inibe o crescimento e disseminação de células cancerígenas.

O uso da maconha para fins medicinais não é totalmente seguro, portanto é essencial a regulamentação, assim os médicos poderão fazer pesquisas e orientar os pacientes de como usá-la.

Além do já conhecido uso medicinal, também entra no quesito saúde o fato de que o fornecimento da maconha será feito por um órgão licenciado e com garantia de qualidade, diferente do que acontecia quando era preciso encontrar formas ilegais de adquirir a droga, com risco de “misturas”, resultando em um perigo maior a saúde. A adulteração não só da maconha como de outras drogas é prática freqüente de traficantes para aumentar o lucro nas vendas. Muito se fala sobre os danos causados pelo princípio ativo das drogas e a dependência que elas causam. Mas pouco sobre as substâncias usadas para “batizá-las” ou das que são usadas durante sua fabricação.

Segundo o Instituto de Criminalística do Brasil, dois tipos de substâncias são geralmente adicionadas aos entorpecentes. Uma é o adulterante, que imita os efeitos da droga. Por exemplo, a xilocaína (nome comercial da lidocaína), um anestésico local que passa a falsa impressão de dormência à pessoa que tem contato com a cocaína. Outro é o diluente, adicionado para aumentar o volume da droga. Por exemplo, pó de vidro, mármore ou massa corrida adicionados à cocaína. Quanto mais proibido, mais você estimula formas perigosas de consumo. A Lei Seca dos EUA foi o único momento da História em que se registrou o uso injetável de álcool. (CARDOSO, Fernando Henrique).

Durante a proibição do álcool, as mortes devido à ingestão excessiva de álcool, ou devido a envenenamento provocado pela sua adulteração, subiram significativamente. De forma semelhante, por efeito da proibição das drogas, verifica um incremento das mortes por overdose e devidas à ingestão de substâncias adulteradas. (FRIEDMAN, Milton).

Diferente da Holanda, onde a venda de maconha foi permitida em certas condições, outros países descriminalizaram apenas seu consumo, mas seguiram com a

ilegalidade da venda. É o caso de Portugal, que em 2001 deixou de considerar crime o uso de qualquer tipo de droga.

Segundo estudo do "Cato Institute", dos EUA, sobre o caso português, desde a descriminalização das drogas em geral, o número de pessoas que consome um ou mais entorpecentes ao longo de sua vida diminuiu em vários grupos de idade (13-15 anos; 16-18 anos; 19-24 anos). Também aumentou a disposição da população em procurar tratamento e a do governo em oferecer serviços de prevenção de doenças para a população. Entre 1999 e 2003, o aumento do número de pessoas em tratamento por drogas em geral foi de 147%.

O índice de novos casos de infecção por HIV entre usuários de drogas injetáveis diminuiu significativamente a cada ano desde 2001. As taxas de novos casos de hepatite B e C também vêm diminuindo desde então. Esse fato é atribuído ao aumento de programas de tratamento permitido pela descriminalização.

As pessoas aprendem com a experiência, e não precisa ser a própria experiência, a dos outros também ensina. Todo mundo sabe como conseguir a receita de um remédio que quer usar para recreação. (FRIEDMAN, Milton).

4.4 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS.

Um mercado inexplorado se abre para novos produtos e negócios, movimentando a economia. Além de se abrir um novo capítulo na guerra contra o tráfico de drogas, abre-se automaticamente um novo nicho de negócios no caso do Uruguai. A proibição da *Cannabis* impede seu estudo científico livre e o desenvolvimento de produtos com essa matéria prima, que possui possibilidades infinitas. Muitos países do mundo já avançaram nessa questão produzindo centenas de produtos à base de cânhamo que vão desde alimentos saudáveis que usam a semente da maconha rica em proteína, até cosméticos que não agredem a natureza. Veja as propriedades de 100g de semente de maconha: 25 % de Proteínas. 35 % de Hidratos de carbono. 35% de Azeite (ácidos gordos essenciais Ómega 3 e Ómega 6) 380 Kcal. Têm vitaminas A, C, D, E e do grupo B. Entre os minerais destaca-se a quantidade de cálcio, fósforo e ferro. Tendo em vista todas essas propriedades, se abre um espaço extremamente diversificado de produtos que podem ingressar na

economia do país, gerando novos empregos e negócios, além de novas oportunidades para a população em geral.

Alguns exemplos de novos produtos que já estão à venda no Uruguai:



FIGURA 2- LEITE DE MACONHA

FONTE: “O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM O URUGUAI” (SITE HIPENESS, 2015)



FIGURA 3 – PÃO DE MACONHA – SEM THC

FONTE: “O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM O URUGUAI” (SITE HIPENESS, 2015)



FIGURA 4 – XAMPU E CONDICIONADOR DE MACONHA

FONTE: “O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM O URUGUAI” (SITE HIPENESS, 2015)



FIGURA 5 – BLUSA E JEANS FEITOS COM A FIBRA DA PLANTA

FONTE: "O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM O URUGUAI" (SITE HIPENESS, 2015)



FIGURA 6 – ENERGÉTICO DE MACONHA

FONTE: "O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM O URUGUAI" (SITE HIPENESS, 2015)

4.5 TURISMO.

Nunca houve tantos turistas no Uruguai e o governo atribui esse crescimento ao resultado acumulativo das campanhas de divulgação, mas também ao recente "efeito maconha". A legalização do produto colocou o Uruguai no noticiário internacional, justamente quando os turistas planejavam as férias de verão. A legalização da maconha acabou por funcionar indiretamente como ferramenta de promoção turística.

"Houve no ano passado um conjunto de leis que também foram notícia internacionalmente e, junto com a regularização da maconha, realmente puseram o Uruguai no mundo", reconheceu a ministra do Turismo do Uruguai, Liliam Kerchechian.

As autoridades uruguaias admitem que a legalização da maconha no Uruguai trouxe um aumento do fluxo turístico ao país. Em janeiro de 2015, o Uruguai recebeu

30% a mais de turistas que no mesmo período do ano passado, sendo que boa parte deles vem do Brasil, totalizando 50 mil turistas brasileiros durante a alta temporada.

O jornal El Observador percorreu as cinco farmácias de Punta del Leste, e identificou que em todas elas houve clientes interessados em comprar a droga. Segundo o jornal, o público varia entre adolescentes e adultos e não há um público-alvo definido. As principais nacionalidades das pessoas que procuram pela droga são, além dos brasileiros, argentinos, americanos, holandeses e canadenses.

Entretanto, esse aumento é decorrente da falta de informação dos turistas, visto que a lei não visa o turismo, mas sim o combate ao tráfico. Com isso, é proibida a venda da maconha para estrangeiros, decepcionando os turistas que vão até o lugar em busca da droga. Regra que, em minha opinião, devia ser revista.

4.6 COMÉRCIO EXTERIOR

A completa legalização da maconha no Uruguai abriu novos caminhos para negócios com países que apresentam uma legislação mais condescendente com a droga.

Um exemplo é o interesse de uma empresa norte-americana que trabalha com maconha medicinal em cultivar a planta no país sul-americano. O medicamento é um óleo feito a partir da variedade da *cannabis* conhecida como "Teia de Charlotte" e usado no tratamento de epilepsia infantil. Com participação de cinco departamentos da Faculdade de Medicina da Universidad de la República – a principal universidade do Uruguai – e neurologistas que são referência no tema no país e no exterior, o estudo administrará o óleo a um grupo de 40 a 60 pacientes.

Além disso, o Uruguai poderá se voltar para o mercado global para vender suas sementes e poderá exportar os seus produtos para outros países onde o uso medicinal ou recreativo da droga é permitido.

Segundo Calzada, "há um movimento interessante de produtores, agricultores, tanto a nível nacional como internacional, que excede em muito as licenças que o Estado irá proporcionar. Alguns países, entretanto, como o México e o Brasil, demonstraram preocupação com a aprovação da lei.

5. INFLUÊNCIA SOBRE OUTROS PAÍSES

O Conselho Internacional para Controle de Narcóticos (INCB) – entidade ligada à ONU – posicionou-se contrária ao projeto, argumentando que ele fere convenções internacionais que restringem o uso de drogas, inclusive da maconha, para fins médicos e científicos.

Mas o fato é que a experiência uruguaia está sendo acompanhada com interesse pela comunidade internacional e, se for bem-sucedida, pode inspirar outros países a seguir um caminho semelhante.

5.1 PAÍSES VIZINHOS

A legalização da maconha no Uruguai trouxe diferentes opiniões nas nações da região:

Peru: O Ex-diretor da Comissão Nacional de Controle de Drogas do Peru (DEVIDA) Ricardo Soberon apelou para o governo a considerar a legalização da maconha em uma entrevista. Soberon aplaudiu a decisão do Uruguai de legalizar tanto a venda quanto produção da droga. No Peru, o consumo de maconha é legal e um cidadão pode transportar até 8 gramas da droga sem ser penalizado. No entanto, a produção e venda de maconha ainda é ilegal sob a lei peruana.

Argentina: Na Argentina, um projeto semelhante foi colocado de lado, depois que a igreja e parte da sociedade se manifestaram contra. A proposta era descriminalizar o consumo não só da maconha, mas de todas as drogas.

Chile: Depois que o chileno Fulvio Rossi - senador e médico - assumiu publicamente ser usuário de maconha, o Chile estuda um projeto de lei para regularizar o auto-cultivo, já que o consumo provado não é considerado um delito.

Paraguai: Presidente do Paraguai na época da legalização se disse contrário à legalizar a maconha. O presidente do Paraguai, Horacio Cartes, se mostrou contrário à legalização da **maconha** em seu país, medida adotada recentemente no Uruguai, e acrescentou que seu consumo é uma entrada para outras drogas. O presidente esclareceu que respeita as divergência de opiniões sobre a legalização, mas insistiu que nunca poderá ser a favor da mesma por "convicção própria".

Colômbia: O presidente da Colômbia na época, Juan Manuel Santos, comentou o projeto do governo do Uruguai de "legalização controlada" da maconha. Para ele, a questão deve ser discutida de forma coordenada entre os países da América do Sul e não tomada de forma unilateral por um único país. "Se um país legaliza a maconha e outro proíbe totalmente geram-se distorções que agravam o problema", afirmou.

Bolívia: O governo da Bolívia afirmou que não considera a possibilidade de legalizar o consumo de maconha como no Uruguai. O governo de Ivo Morales afirmou não ter "em absoluto" um projeto nesse sentido, apesar de reconhecer que é uma reflexão que atualmente os líderes do mundo fazem.

Equador: O governo do Equador descriminalizou o porte de drogas. De acordo com as regras fixadas, os consumidores poderão portar até 10 gramas de maconha e 2 gramas da pasta base de cocaína, entre outras quantidades. O que está penalizado é o cultivo, tráfico e venda, seja em quantidades mínimas ou altas.

Venezuela: a maconha não é legalizada, mas o uso pessoal não é considerado crime dentro das quantidades autorizadas, ou seja, oito e vinte gramas, respectivamente, por pessoa.

Brasil: No Brasil são cada vez mais freqüentes as "Marchas da Maconha", que pedem a legalização da droga. O uso pessoal não é considerado crime, sim o transporte e o tráfico da droga. Atualmente, o grande debate é sobre a fragilidade da lei, que não deixa claro quanto de maconha é considerado uso pessoal e quanto já é considerado tráfico. Cabe ao juiz essa decisão, dando margem para subjetivismos e, por conseqüência, erros. O país tem como principal figura política a favor do "fim da guerra às drogas" o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além disso, existe um projeto sendo realizado pelo IPEA e pela universidade de Pelotas para monitorar o impacto da legalização no Uruguai.

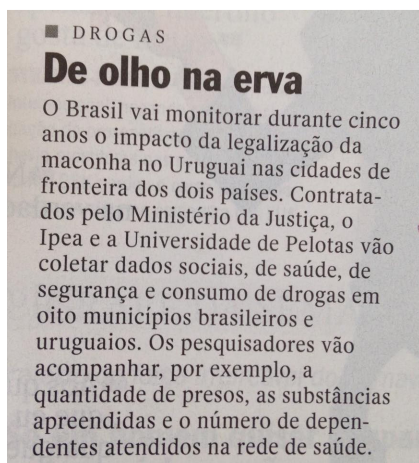


FIGURA 7 – DE OLHO NA ERVA.

FONTE: PÁGINA “QUEBRANDO O TABU”.

5.2 PAÍSES QUE PODEM LEGALIZAR A MACONHA.

A legalização da maconha no Uruguai fez com que a discussão sobre a cannabis voltasse ao centro das atenções - e outros governos já começam a pensar a respeito, indicando que novas mudanças na questão podem vir em um futuro próximo. A seguir estão países que, depois do Uruguai, estão discutindo a questão da legalização:

Estados Unidos: Os Estados Unidos talvez sejam o país que levantam de maneira mais fervorosa a bandeira do combate às drogas - principalmente contra a maconha. Mas as coisas estão mudando lentamente. Desde 1996, cerca da metade dos estados passou a permitir o uso medicinal da erva. Recentemente, o Colorado se tornou o primeiro estado americano a legalizar o uso recreativo, com venda controlada pelo governo. Resultado: mais de 3,5 milhões de dólares arrecadados em impostos. Nova York também passou a permitir o seu uso medicinal e científico.

Holanda: A Holanda tem o histórico mais antigo de liberdade em relação à maconha: desde os anos 1970 existem os famosos coffee shops. Apesar de, em 2012, o governo ter tomado medidas no sentido da repressão - fechando coffee shops e restringindo à venda da maconha para os turistas, por exemplo -, cerca de 35 prefeitos estão organizados e pedem a legalização do cultivo da erva pelos holandeses.

Marrocos: Até os anos 1950, era legal cultivar maconha no Marrocos. Agora, com a erva na ilegalidade, apesar do país ser um grande produtor de maconha e haxixe, dois partidos políticos querem a "relegalização" do cultivo para uso médico e industrial.

México: O México não vivencia grandes ondas de pressão pela legalização ou regularização da maconha - mesmo que dezenas de milhares tenham morrido na guerra às drogas nos últimos sete anos. Mas, na capital Cidade do México, foram propostas leis para permitir que certas lojas vendam até 5 gramas da erva. O prefeito da capital apóia a idéia, mas o governo federal desaprova. Ainda assim, pequenas quantidades de maconha e outras drogas foram descriminalizadas em 2009.

Jamaica: Na Jamaica, até mesmo a posse da erva continua ilegal. Mas, geralmente, o indivíduo é obrigado a passar por reabilitação e pagar uma fiança para não ser preso. Desde os exemplos do Colorado e do Uruguai, muitos ativistas no país estão pressionando o governo para aprovar a descriminalização da cannabis.

Guatemala: O presidente do país, Otto Perez Molina, já falou na ONU que a guerra às drogas falhou. Ele sabe do que está falando, já que seu país é um ponto estratégico na rota da cocaína no mundo. Ele anunciou, na ocasião, que a **Guatemala** estava estudando o assunto depois de ver exemplos "visionários", como os de Colorado e Washington, nos Estados Unidos, e Uruguai.

Irlanda: O novo ministro de Estado responsável pela estratégia em como lidar com as drogas afirmou que irá analisar as leis existentes no intuito de deixá-las mais liberais.

6. CONCLUSÃO

No Uruguai, o presidente José Mujica e os políticos do Senado possivelmente tomaram a decisão pró-legalização da maconha convencidos da idéia da redução da violência causada pelo tráfico, redução dos danos à saúde, sem o temor da explosão de consumo. Aliás, mesmo que o Uruguai seja um país pequeno, população em torno dos 3,3 milhões, com aspectos culturais, sociais e econômicos diferenciados dos demais países da América Sul, a tal estatização da produção e comercialização da *cannabis* é uma experiência corajosa, especialmente por ser uma medida pioneira, sem prognósticos de resultados em outros países para se basear.

Mas também é fundamental levarmos em conta as limitações do projeto: em primeiro lugar o tempo curto de análise, tornando – se necessário um período maior para termos mais informações sobre os impactos. Em segundo lugar, levar em conta que o Uruguai é um país pequeno, além de apresentar aspectos sociais diferentes dentre seus vizinhos sul-americanos, isso faz com que as conclusões tiradas sobre essa medida não sirvam necessariamente como base para outros países, como por exemplo, o Brasil, imensamente maior em termos de população e território, tornando assim a fiscalização mais difícil e complexa.

Com base nos impactos estudados no Uruguai, um primeiro dado interessante é que com a maconha legalizada nosso vizinho reduziu a zero as mortes ligadas ao uso e comércio da droga. A informação foi fornecida pelo secretário nacional de Drogas do Uruguai, Julio Heriberto Calzada. Sem dúvida essa é uma grande vitória para as pretensões do governo, em vista de que atualmente mortes ligadas à guerra contra as drogas é um grave problema enfrentado pelos países. Mas esse dado também vale uma ressalva: as mortes que foram zeradas já tinham um número baixo, diferente de países como Brasil que possui um número alto de mortes ligadas ao tráfico.

Outros dados positivos que foram gerados, ainda que de forma indireta, foi o aumento do turismo no país, com uma maior exposição na mídia internacional, além da abertura de novos negócios, que aquece a economia além de gerar empregos. A inclusão da maconha medicinal também é um fato interessante, visto que muitas pessoas poderão usufruir de suas propriedades.

Entretanto, o maior temor com relação á legalização se mostrou realidade: houve um aumento no consumo da draga de forma recreativa, especialmente entre os jovens. Simultaneamente a legalização, ocorreram campanhas que visavam justamente combater esse aumento. Tais medidas, ao menos nesse primeiro momento á legalização, ainda não fizeram efeito. Um tema para projetos futuros seria acompanhar o resultado dessas campanhas.

Após uma análise socioeconômica dos impactos da medida, ainda que no curto prazo, o saldo foi muito positivo no Uruguai, principalmente, devido a dois pontos: a redução a zero de mortes envolvendo a droga, e o fato de que, apesar do aumento do consumo, não ocorreu o aumento no número de dependentes.

Mas é preciso ter em mente que cada país apresenta aspectos culturais e socioeconômicos diferentes e, para que uma medida como essa seja tomada, deve haver estudos de seus resultados de acordo com a especificidade de cada país, mas o caso do Uruguai surge como uma alternativa, não somente a única e muito menos a "única correta" a um grave problema que vem assolando a maioria dos países

Por fim, podemos afirmar que, numa primeira análise, a legalização da maconha no Uruguai parece trazer bons resultados combinada com as especificidades do país. Cabe aos outros governos de países que sofrem com o problema encontrar a melhor alternativa para combater esse problema em seu território, tendo o caso do Uruguai como uma possível alternativa a seguir.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Rafael. “Drogas, o manual econômico do defensor da legalização”. Disponível em: <http://liberzone.com.br/drogas-o-manual-economico-do-defensor-da-legalizacao/>. Acesso em: 04/03/2015.

MUCINO, Kristel. “Uruguay becomes first nation to legalize and regulate marijuana”. Disponível em: http://www.wola.org/news/uruguay_set_to_become_first_nation_to_legalize_and_regulate_marijuana. Acesso em: 06/03/2015

O GLOBO. “A legalização da maconha no Uruguai”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/a-legalizacao-da-maconha-no-11025561>. Acesso em: 06/03/2015.

PRGMATISMO. “Mijuca explica legalização da maconha no Uruguai” Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/mujica-explica-legalizacao-da-maconha-uruguai.html>. Acesso em: 14/03/2015

BARBOSA, Jaque. “O que o Brasil pode aprender com o Uruguai”. Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2013/12/aprovacao-maconha-uruguai/>. Acesso em: 14/03/2015.

HARI, Jonathan. “Por que o Uruguai legalizou a maconha”. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1599>. Acesso em 28/03/2015.

G1. “Consumo de maconha supera o de tabaco entre estudantes uruguaios”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/consumo-de-maconha-supera-o-de-tabaco-entre-estudantes-uruguaios.html>. Acesso em: 28/03/2015,

G1. “Uruguai regulamenta lei para maconha de uso medicinal”. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/02/uruguai-regulamenta-lei-para-maconha-de-uso-medicinal.html>. Acesso em 04/04/2015. Acesso em: 04/04/2015.

KUHN, Tarcila. “A historia da maconha, a droga mais polemica do mundo” Disponível em: <http://psicodelia.org/noticias/a-historia-da-maconha-a-droga-mais-polemica-do-mundo>. Acesso em: 11/04/2015

NUNES, Alceu. “A verdade sobre a maconha” Disponível em: <http://super.abril.com.br/ciencia/verdade-maconha-443276.shtml>. Acesso em 11/04/2015.

TRANSNATIONAL INSTITUTE. “Drug Law reform” Disponível em: <http://www.druglawreform.info/en/country-information/latin-america/uruguay/item/5667-uruguay>. Acesso em 18/04/2015.

RFI. “Legalização da maconha atrai turistas ao Uruguai” Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/americas/20140306-legalizacao-da-maconha-atrai-uristas-ao-uruguai>. Acesso em: 18/04/2015.

G1. “Veja como é a legislação relativa á maconha em outros países”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/veja-como-e-legislacao-relativa-aconha-em-outros-paises.html>. Acesso em 25/04/2015.

G1. “Impacto da droga descriminalizada na saude publica entre países”. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/12/impacto-de-droga-descriminalizada-na-saude-publica-varia-entre-paises.html>. Acesso em: 25/04/2015.

BBC BRASIL. “Veja quais são os efeitos internacionais do experimento uruguaio com maconha. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/bbc/2013-12-11/os-efeitos-internacionais-do-experimento-uruguaio-com-maconha.html>. Acesso em: 01/05/2015.